



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LEIDIANE QUEIROZ SILVA SAMPAIO

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

ITAMARANDIA – MG

2023

LEIDIANE QUEIROZ SILVA SAMPAIO

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do Diploma de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Renan Nunes Aguiar

ITAMARANDIBA – MG

2023

LEIDIANE QUEIROZ SILVA SAMPAIO

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Me. Renan Nunes Aguiar (Orientador)

Profa. Dra. Ana Paula Oliveira Borges (Membro Titular 1)

Prof. Dr. Danilo Cândido Bulgo (Membro Titular 2)

Diamantina – MG, julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais Geraldo e Nenzinha, por me concederem o dom da vida, e sempre acreditarem em mim.

Ao meu marido pela compreensão e noites perdidas de sono para me acompanhar nos momentos de estudos, meus filhos por estarem sempre ao meu lado entendendo minhas necessidades no decorrer deste curso.

As professoras Kyrleys Vasconcelos e Simone Grayce de Paula, que tiveram a paciência e sabedoria em lidar por cada semestre, mostrando sempre firmeza e apoio a superar os obstáculos.

A tutora Adriana Gonçalves, por sempre me apoiar e me dar forças a continuar e nunca desistir.

Ao meu orientador Prof. Me. Renan Nunes Aguiar, que teve sabedoria e paciência e firmeza ao aceitar o desafio de orientar em tão pouco tempo.

Aos amigos e familiares por estarem sempre me apoiando em continuar. Em especial minha irmã Liliane que sempre me apoiou e nunca duvidou que eu finalizaria a graduação.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

RESUMO

A inclusão escolar da criança com o transtorno do espectro autista (TEA) é um direito adquirido por lei, que garante o acesso de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. A inclusão é importante tanto para a criança com autismo, como para qualquer outra, com ou sem necessidade educacional especial. Neste sentido, este trabalho objetivou identificar e analisar a inclusão do aluno com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental, se a escola/professor, através da sua vivência e formação é capaz de considerar a inclusão do aluno com TEA, visando seu desenvolvimento e aprendizado, buscando abordar qual o papel da escola frente ao TEA, evidenciando a compreensão do processo de inclusão escolar, as práticas pedagógicas que favorecem a inclusão, os desafios e dificuldades. A metodologia utilizada neste estudo foi a de revisão bibliográfica, pautada na concepção teórica de vários autores que apresentam estudos pertinentes ao tema, como Caneda e Chaves (2015), Oliveira *et al.* (2021), Weizenmann *et al.* (2020), Carvalho (2019), Campos e Fernandes (2015). Em face do exposto, percebe-se que a criança com TEA precisa ser compreendida e ser capaz de desenvolver habilidades comuns a outras crianças através de estratégias adequadas respeitando suas particularidades e limitações.

Palavras Chave: TEA. Autismo. Inclusão. Ensino fundamental.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|---|
| CDC | Centro de Controle e Prevenção de Doenças |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| OPAS | Organização Panamericana de Saúde |
| PDIE | Plano de Desenvolvimento Individual e Escolar |
| PNEE | Política Nacional de Educação Especial |
| TEA | Transtorno do Espectro Autista |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 9 |
| 2.1 | EDUCAÇÃO INCLUSIVA | 9 |
| 2.2 | TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA | 12 |
| 2.3 | INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL | 13 |
| 3 | DELIMITAÇÃO DA PESQUISA..... | 16 |
| 4 | CONCLUSÕES E SUGESTÕES | 21 |
| | REFERÊNCIAS..... | 22 |

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um direito adquirido por lei no Art. 208, da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. A inclusão é importante tanto para a criança com TEA, como para qualquer outra, com ou sem necessidade educacional especial (BRASIL, 1988).

A educação inclusiva passa por diversas mudanças que são essenciais e que asseguram o direito da criança tendo como base na LDB 9394/96, assegurando o direito a crianças com necessidades educacionais especiais a matricular em escola de ensino regular juntamente com crianças de sua idade, garantindo sua aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 1996). Assim, ao incluir as crianças com necessidades educacionais na escola é preciso recursos necessários para que a criança com ou sem qualquer tipo de deficiência possa desenvolver sua aprendizagem tendo as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento.

Weizenmann *et al* (2020), apontam que o transtorno do espectro autista (TEA) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, tendo como característica dificuldades nas interações sociais, comunicativas e comportamentais, aversão a contato físico e a manifestações de carinho, dificuldades para aceitar mudanças e novidades nas rotinas, restrição de atividades e interesses, que podem influenciar no desenvolvimento e aprendizado.

De acordo com Lima e Laplane (2016), o diagnóstico precoce pode ajudar nas interações com outras crianças da mesma idade, nesta perspectiva, a inclusão da criança autista deve contar com apoio e preparo da escola, docentes e familiares com adaptações nos espaços, qualidade no currículo, estratégias, métodos e formação de professores, através da colaboração e participação de todos os envolvidos no processo de ensino, garantindo um ensino de qualidade que atenda às necessidades das crianças com transtorno do espectro autista, reconhecendo as possibilidades de desenvolvimento e de aprendizado que este aluno tenha e que ainda poderá adquirir.

De acordo com a OPAS (2017), estima-se que, em todo o mundo, um em cada 160 crianças tem TEA, estimativa que tende a aumentar globalmente de acordo com os avanços em pesquisas, conscientização sobre o transtorno e melhores diagnósticos. Em pesquisa realizada pelo CDC (Centro de Controle e

Prevenção de Doenças) divulgada em março 2023, 1 em cada 36 crianças de oito anos são autistas nos Estados Unidos, cerca de 28% da população (OPAS, 2017).

A inclusão de crianças com autismo nos anos iniciais do ensino fundamental é uma questão extremamente relevante e desafiadora, que exige atenção e aprofundamento por parte dos educadores e pesquisadores. A inclusão dessas crianças em turmas regulares pode trazer benefícios significativos para o desenvolvimento social e acadêmico dos alunos com TEA, ao mesmo tempo em que pode apresentar desafios tanto para os educadores quanto para os demais alunos da turma. Assim, é fundamental identificar estratégias pedagógicas e de apoio que possam contribuir para a inclusão efetiva desses alunos.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar se a escola/professor, através da sua vivência e formação é capaz de considerar a inclusão do aluno com TEA, visando seu desenvolvimento e aprendizado, buscando abordar qual o papel da escola frente ao TEA, buscando a compreensão do processo de inclusão escolar, as práticas pedagógicas que favorece a inclusão os desafios e dificuldades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é considerada um bem público essencial, que deve ocorrer em um ambiente inclusivo sem preconceitos ou discriminação com igualdade e oportunidades. A legislação brasileira determina que todas as crianças devem ter acesso à escola regular, incluindo sujeitos com TEA, logo, a educação inclusiva busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. A escola tem papel importante tornando mais forte o respeito à diversidade que garanta a participação de todos sem distinção, construindo assim uma educação por meio de um ambiente inclusivo e acolhedor que visa o desenvolvimento de seus potenciais, respeitando as diferenças e atendendo suas necessidades (BRASIL, 1996).

Diante disso, surgiu a necessidade de realizar esta revisão sobre a inclusão de crianças com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental, a fim de analisar o trabalho pedagógico com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de inclusão escolar, como também quais os maiores desafios enfrentados pelos professores e pelo aluno com o Autismo e o que pode ser feito para evitar o preconceito no ambiente escolar.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com o avanço na legislação brasileira no desenvolvimento de políticas educacionais na perspectiva da inclusão, cabe de maneira sucinta apresentar alguns documentos e diretrizes que fundamentam a educação inclusiva brasileira.

O Artigo 2º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência é aquela que possui restrição longo prazo de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, que, em convívio entretives impossibilitar sua participação absoluta e efetiva na sociedade em condições iguais com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Por conseguinte, a educação especial nas escolas é garantida pela constituição Federal Art. 205 que se refere à educação como direito de todos, bem como o Art. 206 inciso I, que estabelece igualdade de condições de acesso, permanência na

escola, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura os direitos a educação e estabelece a obrigatoriedade da inclusão educacional, promovendo aprendizado e participação das pessoas com deficiência. Garantida também pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) decreto que estabelece diretrizes para a implementação da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro, assegurando o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da vida, é um documento criado para ampliar as possibilidades e a qualidade de serviços especializados sobre a melhor forma de educar cada estudante, independente de diagnósticos. Para o PNEE (2020) os estudantes devem ser atendidos de maneira equitativa de acordo com suas especificidades garantindo ações educativas e os conhecimentos que contribuirão para convivência social autossuficiente e independente (BRASIL, 2020).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) enfatiza a importância de proporcionar uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas diferenças físicas, intelectuais, sociais ou emocionais e destaca a necessidade de adaptações e apoios adequados para garantir a participação plena e efetiva de todos os estudantes na vida escolar. Seguindo as ideias preconizadas por meio dela, reforça a necessidade de adequar a proposta pedagógica às necessidades do aluno, assim é preciso que:

[...] encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994 p. 2).

Visando uma educação inclusiva de qualidade, as escolas devem organizar ações e disponibilizar atividades estimulem a interação entre alunos, família e comunidade escolar. O Plano de Desenvolvimento Individual e Escolar (PDIE) é um documento elaborado e acompanhado pelo serviço educacional e especializado, escola e família. O PDIE busca esclarecer um plano de trabalho para ser

desenvolvida com o aluno da educação especial, articulando o currículo, a prática pedagógica e a avaliação às necessidades e capacidades específicas de cada estudante, de acordo com sua aprendizagem garantindo a equidade. O PDIE jaz no conhecimento sobre o estudante, em seus potenciais, dificuldades a serem excluídas e como ocorre seu aprendizado indicando adaptações curriculares necessárias, ajustes nos percursos e resultados de cada estudante (BRASIL, 2020).

Como princípio da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) (2020) em seu artigo 3º, a educação é um direito para todos em um sistema educacional equitativo e inclusivo, com base nessa definição o TEA é uma deficiência que tem a necessidade da inclusão e do respeito sendo considerada pessoa deficiente para todos os efeitos legais, portanto o autista tem o direito do acesso à educação estabelecido por leis, sendo essencial para o autismo garantindo uma melhor qualidade de vida à criança autista e à sua família (BRASIL, 2020).

Em 2012 foi promulgada a lei Berenice Piana, foi um marco significativo para a promoção da inclusão e garantia dos direitos das pessoas com TEA no Brasil, a partir dela pessoas com TEA passaram legalmente a ser reconhecidas como pessoas com deficiências garantindo serviços como educação, mercado de trabalho e serviços de saúde (BRASIL, 2012). A Lei Berenice Piana nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, com finalidade de elaborar, planejar, orientar e oferecer mais qualidade aos alunos com autismo. No tocante a educação os termos do artigo 3º, IV e parágrafo único destacam que:

IV - o acesso:

à educação e ao ensino profissionalizante; [...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012, p. 02).

Este artigo dispõe sobre o direito a educação e em casos específicos o direito a um acompanhante especializado com função de auxiliar o estudante com necessidades especiais em suas atividades educacionais, adaptando o ensino e promovendo a inclusão, proporcionando condições para que os alunos com necessidades especiais tenham acesso aos mesmos conteúdos e oportunidades de aprendizagem que os demais estudantes. A partir dessas colocações é possível

perceber que, ainda temos um longo caminho a percorrer quando se trata da inclusão da criança com TEA nos anos fundamentais.

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Nos últimos anos tem crescido o interesse das pessoas sobre o diagnóstico, tratamento, qualidade de vida e educação das crianças com TEA, interesses que até então somente familiares ou amigos de pessoas com o transtorno tinham, todavia, o termo autista ainda possui muitas dúvidas e receios.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), estima-se que, em todo o mundo, um em cada 160 crianças tem TEA, estimativa que tende a aumentar globalmente de acordo com os avanços em pesquisas, conscientização sobre o transtorno e melhores diagnósticos. Em pesquisa realizada pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) divulgada em março 2023, 1 em cada 36 crianças de oito anos são autistas nos Estados Unidos, cerca de 28% da população (OPAS, 2017).

No Brasil, não há números oficiais das estatísticas referente a incidência do TEA, devido essa ausência de dados, foi sancionada a Lei nº 13.861, em 18 de julho de 2019, onde o tema TEA passa a ser incluído no censo demográfico. A pergunta sobre o tema está presente no questionário e aplicado a uma pequena parcela da população, com o objetivo de quantificar as pessoas com TEA que não foram diagnosticadas e direcionar as políticas públicas em prol de quem tem autismo (BRASIL, 2019).

Santos e Leite (2022), corroboram que o TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos, podendo apresentar repertório restrito de interesses e atividades. Outrossim, o Ministério da Saúde, versa o TEA como um transtorno do que envolve diferentes características com graus de comprometimentos do mais leve ao mais grave como comportamento social, comunicação e linguagem e interesses por atividades realizadas de maneira repetitiva (BRASIL, 2022).

Alves destaca que:

Apesar do grande salto na tecnologia, desde as últimas décadas, ainda não existe de fato um marcador biológico ou testes laboratoriais para confirmar o diagnóstico de autismo. Como a maioria das doenças mentais, o

diagnóstico é baseado nas observações clínicas, comportamentais e mentais do paciente (ALVES, 2021, p. 14).

A partir desta citação percebe-se que o diagnóstico deve ser realizado por um especialista clínico sendo importante que o profissional seja experiente no assunto, e que entenda sobre comportamentos infantis de forma geral. A partir dessas colocações é possível observar que os estudos científicos auxiliam e ajudam entender e identificar os sintomas, características, dificuldades e desafios encontrados pela família, comunidade e pela criança com TEA. Os sinais de autismo podem aparecer a partir de dois a três anos de idade, ou menos em casos graves, sendo importante o tratamento o quanto antes para que sejam alcançados melhores resultados na qualidade de vida da criança e da família (PAIVA, 2020).

Percebe-se a necessidade da inserção, do respeito, conhecimentos sobre o Autismo e sua realidade a fim, de possibilitar um novo olhar, novas metodologias e estratégias que possibilitem contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da criança com TEA, apoiados pela família que é o primeiro local de socialização, da escola onde a criança tem a oportunidade de conviver com outras crianças e de toda a comunidade.

2.3 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Oliveira (2020), salienta que o aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), apresenta características variadas que comprometem suas relações com outras pessoas necessitando de apoio no processo de ensino-aprendizagem, podendo trazer muitos benefícios para o aprendizado e contribuir para a interação social desse aluno, conseqüentemente a escola é de extrema importância para o desenvolvimento da criança com TEA.

A educação tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando aspectos intelectuais, emoções, valores, interesses e necessidades. Incluir uma criança com TEA na escola não deve ser visto apenas como um ato de lei obrigatória, é preciso ir além da flexibilização ou mudança no currículo, o autista não procura na escola um tratamento ou uma simples inclusão, ele precisa ser ouvido. Desse modo, segundo Carvalho:

[...] a escola é a instituição educativa que, por vias legais, pelas políticas públicas para todos, possibilita o acesso de alunos autistas nas instituições públicas e privadas de todo o País (CARVALHO, 2019, p. 1319).

A inclusão escolar da criança com autismo é um direito adquirido por lei, que garante o acesso de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. A inclusão é importante tanto para a criança com autismo, como para qualquer outra, com ou sem necessidade educacional especial, assim quanto mais cedo a criança com TEA for inserida na escola e estimulada maior contribuição ela terá em seu aprendizado, em sua afetividade, socialização e autonomia.

Nos últimos anos o número de matrículas de crianças com TEA no ensino regular é cada vez mais frequente devido leis em vigor que garantem a obrigatoriedade de inclusão e que buscam assegurar uma educação igualitária e de qualidade, o que retrata uma grande conquista das crianças com TEA e seus familiares. A inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro possui grande importância para toda a sociedade, sendo necessário que as escolas trabalhem juntamente com alunos, professores e toda comunidade escolar metodologias que colaborem com o aprendizado do aluno (TEODORO et al 2016). Segundo Silva *et al.* (2019), é preciso discutir políticas de inclusão para que aconteça um diálogo interdisciplinar, a inclusão do autista no ensino regular, requer mudanças nas práticas educativas, preparando os profissionais da educação para trabalharem com este público.

Ainda de acordo com Silva *et al.* (2019);

O aluno com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar em escolas de ensino regular. Dificuldade que passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Para uma melhor adaptação dessa criança no ensino aprendizado. É necessário adaptar o currículo da instituição (SILVA *et al.*, 2019, p. 754).

Apesar do direito à educação, a presença da criança com TEA na sala de aula é um desafio encontrado por muitos professores. Camargo *et al.* (2020), apontam que a grande maioria dos educadores não se sente preparada para inclusão escolar, o que reforça para a importância da formação continuada para qualificar os serviços educacionais para atender as crianças com TEA, visto que a cada ano é crescente o número de crianças com transtorno do espectro autista matriculados nas escolas regulares.

Para muitos alunos com autismo e seus professores, adaptar-se e entender a rotina da escola é um desafio, cada criança com TEA apresenta graus e

dificuldades diferentes, o que muitas vezes dificulta o trabalho pedagógico a ser realizado pelo professor. Nesse sentido, Weizenmann *et al* (2020), demonstram que muitos professores ao receber um aluno com transtorno do espectro autista em primeiro momento sentem insegurança e medo, porém ao longo do período de adaptação constroem vínculos afetivos facilitando assim o engajamento do aluno com TEA com os demais alunos e professores e seu desenvolvimento educacional.

Uma inclusão efetiva de crianças com TEA passa por muitas dificuldades como o despreparo e falta de capacitação e formação continuada dos professores e refletindo nas crianças. Desse modo, é necessário o entendimento sobre especificidades e desenvolvimento da criança com TEA. Estudos identificam que muitos professores não compreendem o que é o TEA, considerando-os como sujeitos que vivem isolados da realidade e em um mundo paralelo, muitos se sentem desconfortáveis perante os momentos de agitação e agressão das crianças o que dificulta a aprendizagem e interação em sala de aula, limitando as ações pedagógicas a serem desenvolvidas (CANEDA; CHAVES, 2015).

Campos e Fernandes (2015), coloca em foco a dificuldade de permanência das crianças com TEA em sala de aula, uma vez que estabelecida pela LDB (1996) carga horária mínima de 4 horas por dia, não é adotada pela maioria das crianças com TEA o que interfere em seu desempenho e aprendizado. O despreparo dos professores para ensinar crianças com TEA, a frustração e medo de lidar com determinados comportamentos do aluno, a má formação dos professores, baixas expectativas para o aluno e a opção dos pais em não permitirem que os filhos permaneçam a carga horária completa interfere na aprendizagem das crianças.

Muitas vezes, as escolas não oferecem meios adequados para o desenvolvimento potencial das crianças com TEA, nesse sentido elas acabem sendo submetidas a rotinas não desenvolvendo os potenciais da criança causando evasão escolar e problemas comportamentais e de desenvolvimento. Cirino e Godoi (2021), afirmam que muitos educadores ainda associam a inclusão com mudança nas atividades dos alunos, entretanto incluir não se trata de modificar o currículo, mas adaptar a forma de ensinar e comunicar com esses alunos, proporcionando um ensino de qualidade e não apenas garantir um lugar escola. Neste sentido é necessário promover estratégias que promovam o aprendizado e a participação das crianças com TEA, através de práticas pedagógicas, suporte e orientação aos

professores, conhecer e compreender as necessidades do aluno avaliando as estratégias eficazes para seu aprendizado (CANEDA; CHAVES, 2015).

Nesse sentido, são passos importantes para construção da inclusão temáticas, metodologias e elementos que ajudem a criança com TEA. É necessário que professores do ensino fundamental utilize de experiências lúdicas que permitam a criança com TEA se descobrir, interagir, se inventar e reinventar. Assim, são necessárias uma série de questões que corroborem para efetivação dessas mudanças: estratégias como o uso de recursos visuais, jogos lúdicos e cooperativos, convivência com pares. Para que ocorra a inclusão da criança com TEA no ensino fundamental, além dos professores utilizarem estratégias diferenciadas é preciso conhecimento e preparo para seu acompanhamento, formação acadêmica, sensibilidade e percepção do professor em compreender e trabalhar com o aluno autista.

O processo de inclusão do aluno com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental impõe também adequações no ambiente escolar, como o número de alunos por turma, a própria estrutura física dos espaços destinados às aulas e a capacitação dos professores e da equipe pedagógica através de estratégias pedagógicas que facilitam a aprendizagem e participação dos alunos autista nas aulas, além do apoio da família em conjunto com a escola (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica de cunho qualitativo, cuja busca ocorreu na plataforma de dados da Scielo, Lilacs e Medline, por meio da utilização da seguinte combinação de palavras-chave conectadas pelos indicadores booleanos “TEA” OR “autismo” AND “inclusão” AND “ensino fundamental”.

Uma revisão bibliográfica é caracterizada por aquelas que utilizam como fonte de dados publicações científicas em livros, periódicos, teses, dissertações, artigos, entre outros. Para realizar esse tipo de revisão o pesquisador pode optar pelas revisões narrativas sistemáticas e meta-análise.

As pesquisas qualitativas possuem uma abordagem de pesquisa que se concentra na interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o estudo em questão. Ela busca capturar a complexidade e a diversidade dos

fenômenos estudados, por meio da coleta e análise de dados não estruturados, como entrevistas, dados descritivos e materiais documentais (FONSECA, 2002).

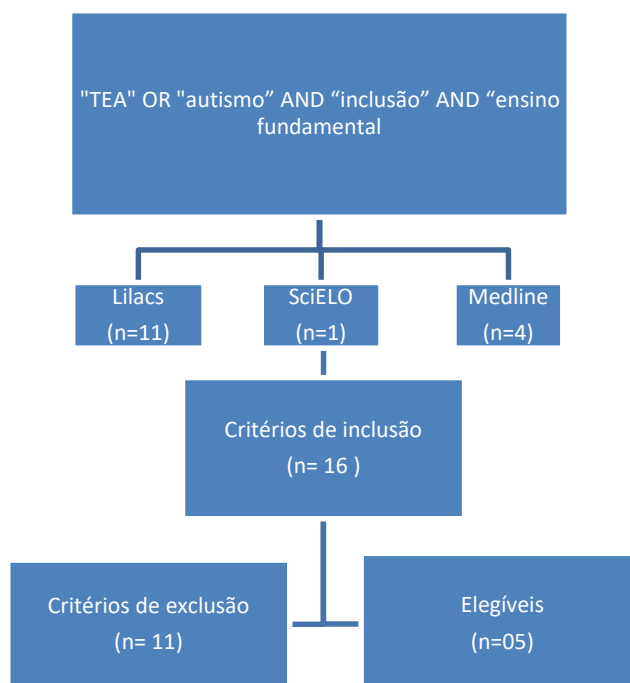
O levantamento dos artigos na base de dados ocorreu nos meses de março à maio de 2023, sendo realizada inicialmente uma leitura dos títulos e resumo dos artigos identificados, posteriormente foi realizada a seleção dos estudos com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados nos últimos dez anos (2018-2023), com relação a presente temática publicados na língua inglesa, espanhola ou portuguesa e com acesso na íntegra. Foram excluídos os documentos que apresentarem associação do TEA com alguma outra patologia, duplicados, teses, dissertações e relatos de caso/experiência.

Após realizada a constatação de adequação dos artigos e sua elegibilidade foi realizado a leitura dos estudos na íntegra. Os principais dados extraídos dos artigos foram sintetizados em uma planilha, sendo realizada essa sistematização com intuito de facilitar as análises e críticas descritivas das produções elegíveis.

Vale ressaltar ainda, que foram encontrados um total de 16 artigos, sendo 11 deles da plataforma Lilacs, um da SciELO e quatro da Medline, destes foram excluídos 11 artigos, cinco deles por não possuírem acesso na íntegra e seis por não se adequarem à proposta da temática escolhida. Desta forma, a revisão literária contou com cinco artigos científicos elegidos, que foram lidos na íntegra e revisados para compor esta revisão bibliográfica.

No fluxograma um é possível observar o passo da realização da pesquisa teórica e exploratória.

Fluxograma 1 – Método de busca



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já no quadro 1, é possível observar os artigos que foram elegidos, bem como autoria, ano de publicação, título, objetivo, tipo de estudo e considerações finais.

Quadro 1 – Artigos Elegíveis

| Autores (Ano) | Título | Objetivo | Tipo de estudo | Considerações Finais |
|-------------------------------|---|--|-----------------------|---|
| Oliveira <i>et al.</i> (2021) | Transtorno do espectro autista: capacitação de professores para atividades escolares em grupo | Capacitar os professores a aprenderem estratégias para promover a participação de alunos com TEA em atividades de grupo utilizando jogos cooperativos. | Estudo de avaliação | O estudo destaca a necessidade de capacitação dos professores, além de fornecer materiais de apoio e atividades de aprendizagem. (OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2021). |

| | | | | |
|----------------------------------|--|---|----------------------|---|
| Weizenmann, <i>et al.</i> (2020) | Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes | Investigar a experiência de professores em relação à inclusão de alunos com TEA, contemplando sentimentos e práticas docentes. | Pesquisa qualitativa | Evidenciou-se que os professores ao receber um aluno com TEA eles sentem medo e insegurança, porém após realizarem adaptações nas práticas pedagógicas levando em conta as particularidades das crianças eles se sentem mais seguros em trabalhar com essas crianças. (WEIZENMANN, <i>et al.</i> , 2020). |
| Carvalho (2019) | O que podemos aprender com os autistas: a experiência clínica de uma professora do ensino fundamental e um aluno autista | Refletir o conceito de inclusão sob duas perspectivas: a educação inclusiva e o direito à educação especial e a inclusão, segundo o conceito psicanalítico. | Pesquisa qualitativa | Considera-se urgente uma articulação entre educação e psicanálise sendo necessário que a educação inclusiva respeite as dificuldades de aprendizagem de todos os alunos de maneira que todos tenham as mesmas oportunidades e direitos. (CARVALHO, 2019). |
| Campos e Fernandes (2015). | Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo | Verificar se há relação entre habilidades linguísticas e cognitivas de crianças com TEA no tempo em que permanecem na escola. | Pesquisa qualitativa | Coloca em foco a dificuldade de permanência das crianças com TEA em sala de aula, o que interfere em seu desempenho e aprendizado. O despreparo dos professores para ensinar essas crianças, a frustração e medo de lidar com determinados comportamentos das crianças, a má formação dos professores, baixas expectativas para o aluno e a opção dos pais em não permitirem que os filhos permaneçam a carga horária completa interfere na |

| | | | | |
|-------------------------|--|---|----------------------|---|
| | | | | aprendizagem das crianças. (CAMPOS; FERNANDES, 2015). |
| Caneda e Chaves, (2015) | A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular | Investigar a percepção do professor e tutor sobre a inclusão de crianças com autismo no ensino regular. | Pesquisa qualitativa | É necessário promover estratégias que promovam o aprendizado e a participação das crianças com TEA, através de práticas pedagógicas, suporte e orientação aos professores, conhecer e compreender as necessidades do aluno avaliando as estratégias eficazes para seu aprendizado (CANEDA; CHAVES, 2015). |

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O transtorno do espectro autista (TEA) possui características atípicas comportamentais, dificuldades na comunicação e interação social que podem ser notadas nos primeiros anos de vida, todavia quando acontece a atraso em seu diagnóstico pode trazer prejuízos para sua vida adulta. Nenhum autista é igual ao outro o que muitas vezes prejudica no tipo de tratamento ou metodologia escolar utilizar. De acordo com a OPAS no mundo uma em cada 160 crianças possui TEA, número que pode aumentar devido novos estudos.

A educação inclusiva é uma realidade em todo o país, direito adquirido através de leis que garantem matrícula e permanência da criança em sala de aula regular. Quanto mais cedo a criança com Tea for incluída no ambiente escolar e estimulada maior será as contribuições para seu desenvolvimento, socialização e afetividade.

Em face do exposto, percebe-se que a criança com TEA precisa ser compreendida e ser capaz de desenvolver habilidades comuns a outras crianças através de estratégias adequadas respeitando suas particularidades e limitações. A inclusão deve envolver ações que envolvam a capacitação, formação continuada dos professores e gestores escolar, além de adequações no ambiente e investimentos e materiais didáticos que contribuam no desenvolvimento das crianças.

Por fim, vislumbrou-se a necessidade de mais estudos sobre a inclusão da criança com TEA nos anos iniciais e uma formação continuada para professores e gestores em prol de uma educação que contribuam significativamente para o desenvolvimento e socialização dessas crianças.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. R. M. **Inclusão escolar de crianças e adolescentes com transtorno de espectro autista (TEA): a efetividade da legislação no município de Goiânia**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

BRASIL. **Constituição Federal: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. Diário Oficial da União, Assembléia Nacional Constituinte, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Brasília: MEC. SEMESP, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista** (Lei 12.764/2012). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L. D.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R. D.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

CAMPOS, L. K.; FERNANDES, F. D. M. Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo. *In: CoDAS*. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2016. p. 234-243. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/ZL8NGqhngDTKLjzCSMjx9PB/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CANEDA, C. R. G; CHAVES, T. M. L. A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular. **Aletheia**, v. 46, p. 142 – 158, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n46/n46a12.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CARVALHO, P. F. O que podemos aprender com os autistas: a experiência clínica de uma professora do ensino fundamental e um aluno autista. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 3, p. 1316-1330, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/22702/17205>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CIRINO, R. M. B.; GODOI, L. I. F. G. Inclusão do TEA (Transtorno do Espectro Autista) no Ensino Fundamental Anos Iniciais: Limites e Possibilidades. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, v. 2, n. 5, p. 6-27, 2021.

FONSECA, J. J. S. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+a+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002.+Apostila&ots=ORU_3q7mk_&sig=QZKJzdA3EPfMfGxkzx53nW5H0Bk#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 16 jul. 2023.

LIMA, S M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 269-284, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/93w7MM64pfrMWrPTKmqxSBh/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**. v. 20, n. 34, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 16 jul. 2023.

OLIVEIRA, L. D. P. D. S. D.; GARCIA, R. V. B.; MENOTTI, A. R. S.; DONADELI, J. M.; ARAN, M. A. D. S.; CARMO, J. D. S. Transtorno do espectro autista: capacitação de professores para atividades escolares em grupo. **Psicologia da Educação (online)**, n. 52, p. 74-85, 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtorno do Espectro autista**. Brasília, DF, Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTOS, A. A. S.; LEITE, D. S. **Inclusão de Alunos com Autismo no Ensino Regular: Análise em uma Escola de Ensino Fundamental**. In: SciELOPreprints. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4471>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SILVA, F. L.; FRANÇA, A. P.; SOBRAL, M. S. C. Educação Inclusiva: O Autismo e os Desafios na Contemporaneidade. **Revista multidisciplinar e pedagogia**, v. 13, n.48, p. 748-762, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2283/0#:~:text=Na%20escola%20inclusiva%2C%20um%20importante,%C3%A9%20considerado%20defici%C3%Aancia%20Por%20Lei>. Acesso em: 16 jul. 2023.

TEODORO, G. C.; GODINHO, M. C. S.; HACHIMINE, A. H. F. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560658991003/html/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. 1-8, 2020.